



Fundação Cuidar o Futuro

A PRÁTICA DE INTERVENÇÃO DA INSTÂNCIA PRESIDENCIAL
COMO REFERENCIAL POLÍTICO DE NOVOS MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO

Dr. Antônio Manuel Figueiredo

Porto 1985

(prof. Fac. Economia) Porto

consulente de Comércio

de Coord. de Repre. Norte



1. UMA DÉCADA DE VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS: ONDE SE ALIMENTARAM "IMAGENS IRREALISTAS DE NÓS PRÓPRIOS"

Em onze anos de vida do sistema democrático, várias atitudes face ao desenvolvimento foram ensaiadas ou simplesmente propostas à sociedade portuguesa.

Parafraseando Eduardo Lourenço, tais atitudes veicularam sempre a tendência para os Portugueses alimentarem "imagens irrealistas de si próprios". Da reivindicação de formas de independência nacional tendencialmente autárquicas aos exemplos de modelos exportadores a todo o preço, emerge, constante, a avaliação viciada da capacidade interna de aplicação e de absorção de recursos.

Tem-se, assim, assistido ao adiamento permanentemente reiterado do confronto dos Portugueses com as suas próprias fraquezas e potencialidades, fazendo com que os expedientes de curto prazo, sucedendo-se, se substituam, perante a opinião pública, às inexistentes opções estratégicas.

Mesmo as mais convictas e veementes apostas nas virtualidades da procura externa se alimentam deste equívoco. Por isso, têm optado pelo caminho da fragilidade e da circunstancialidade (política da taxa de câmbio, sobredesvalorização da moeda, aproveitamento das conjunturas favoráveis do mercado externo), em detrimento de uma melhoria real da posição relativa nas trocas internacionais (aumentos de produtividade, valorização da estrutura produtiva, etc.).



Os modelos de política económica do desenvolvimento têm assim oscilado entre :

- propostas "desenvolvimentistas" incapazes de encontrar para o cálculo económico intérpretes que nele integrem a protecção do ambiente, uma remuneração do trabalho compatível com os valores médios europeus, condições não especulativas de investimento, etc.;

- propostas "distributivistas" que, exceptuando os dois primeiros anos da transição democrática, se têm revelado também elas incapazes de assegurar a concretização de formas irreversíveis de solidariedade social nos planos humano e espacial.

2. A CONJUNTURA MAIS RECENTE : A BANDEIRA, AS ARMAS E TAMBÉM OS EQUIVOCOS DA MODERNIDADE EM SENTIDO ESTRITO

A meio dos anos 80, o cenário de enquadramento das opções de desenvolvimento da sociedade portuguesa apresenta algumas características ainda não totalmente avaliadas do ponto de vista das suas implicações :

- o poder económico está hoje pessoal e espacialmente redistribuído, principalmente do ponto de vista do relacionamento entre Lisboa e outros centros de poder;

- a base moral da economia portuguesa apresenta-se corroída, traduzindo-se entre outros aspectos pela intolerância crescente face às necessidades fiscais do Estado (proliferação de comportamentos económicos de transgressão) e pelo facto do não reembolso de créditos ser hoje um acontecimento natural sem sanções morais ou sociais;



- consolidou-se o constrangimento determinado pela amplitude do défice das contas públicas;

- emergiram sinais não generalizados mas efectivos de modernidade tecnológica, quer em manifestações de dinamismo empresarial, de aberturas inovadoras de certas entidades públicas ou de iniciativas de jovens doutorados ou profissionais liberais.

Face a este novo cenário, a modernidade em sentido estrito (tecnológica) tem sido accionada como bandeira, embora com resultados não necessariamente convergentes:

- O executivo Soares-Mota Pinto (R.Machete), prolongado na candidatura presidencial do primeiro, transformou aquela bandeira em autêntico equívoco nacional;

- O projecto político-económico de que o actual Executivo P.S.D./Cavaco Silva constitui ainda um ensaio/aproximação tenderá a fazer da referida bandeira uma arma, exigindo para a dinâmica que transporta consigo preços que podem revelar-se demasiado altos, tendo em conta os resultados nacionais susceptíveis de serem atingidos.

3. A INSTÂNCIA PRESIDENCIAL E A SUA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO COMO REFERENCIAIS POLÍTICOS DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO - DESCENTRALIZADO, PARTICIPADO, INTÉRPRETE DA MODERNIDADE EM SENTIDO AMPLO

Os já referidos preços demasiadamente altos do modelo da modernidade em sentido estrito podem traduzir-se pelas consequências seguintes :



- insuficiente consideração da preservação dos recursos ambientais;
- incapacidade de valorização das áreas deprimidas do território nacional que disponham de recursos mobilizáveis;
- estreitamente e concentração dos níveis de decisão da sociedade portuguesa;
- fracos níveis de mobilização social.

A alternativa de que a instância presidencial e a sua prática de intervenção deverão constituir os referenciais políticos configura um modelo de desenvolvimento capaz de integrar a modernidade em sentido estrito num quadro mais alargado de interesses nacionais. Por outras palavras, um modelo de desenvolvimento que viabilize intervenções e resoluções nas seguintes áreas:

3.1. Novas vias para a avaliação, mobilização e valorização das potencialidades/recursos do país

A consideração do espaço como "actor que induz práticas e comportamentos, que resiste a políticas inadaptadas, que perpetua formas de organização", só um processo efectivo de regionalização/descentralização a poderá assegurar.

Nesse novo quadro, será possível ensaiar sínteses de processos de avaliação, mobilização e valorização de recursos e potencialidades que assentem quer em projectos de âmbito nacional (recursos marítimos, biotecnologia, alguns recursos mineiros, fibras ópticas,...), quer em projectos eminentemente locais de relançamento da actividade produtiva de zonas em declínio do território nacional.



Neste mesmo quadro, será ainda possível compatibilizar os recursos naturais, humanos (particular ênfase no incentivo à formação de empreendedores) e os sistemas de informação disponíveis, favorecendo a criação de modalidades de articulação institucional entre o sistema de INVESTIGAÇÃO e DESENVOLVIMENTO (que deverá ser incrementado) e o cálculo económico empresarial.

Finalmente, só nesta perspectiva será possível concretizar a potencialidade que constitui o facto de, na grande maioria das regiões portuguesas, não estarem ainda hoje cortadas as raízes dos agentes económicos potenciais com o meio local, dada a ausência de industrialização proveniente do exterior destruidora de autonomias locais em sentido lato.

Deste modo, criam-se ainda condições para a diversificação dos actores e dos agentes do desenvolvimento local (agências de desenvolvimento, agentes locais dinamizadores do desenvolvimento, empresas de interesse colectivo, etc.).

3.2. Um novo papel para o Plano

Nesta perspectiva de reencontro das opções estratégicas de médio prazo com os recursos e as potencialidades mobilizáveis, o Plano não pode ser :

- nem a realização de econométristas desempregados, ocultando na sofisticação das previsões a incapacidade de decisão;
- nem à má consciência de liberais inveterados, inviabilizando a acção de planeamento com a multiplicação de constrangimentos desnecessários.

O Plano deve constituir:

- um instrumento de selectividade, elegendo grandes questões nacionais;
- uma oportunidade institucional de compatibilização dos investimentos e projectos de âmbito nacional, regional e local, realizando a síntese dos desenvolvimentos a partir de cima e a partir da base;
- a consagração de fórmulas flexíveis de adaptação às transformações do enquadramento internacional, tanto mais necessárias quanto mais instável se apresentar o referido enquadramento e mais dependente for a base produtiva do País;
- o meio de orientação das lógicas sectoriais da Administração Pública para os desafios integradores do desenvolvimento.

Fundação Cuidar o Futuro

3.3. Concretização das potencialidades das formas associativas e de propriedade social em novos processos de satisfação de necessidades sociais

Assegurar o reencontro das opções de desenvolvimento com o espaço (regional e local) é potenciar ainda que novos estímulos possam ser criados para que no âmbito das formas associativas e de propriedade social germinem novas modalidades de satisfação de necessidades sociais (educação, saúde, realizações culturais). Cooperativas de habitação ou associações de consumidores, por exemplo, podem constituir espaços privilegiados de incentivo ao aparecimento de novos processos descentralizados de satisfação das referidas necessidades sociais.



3.4. Orientação do dinamismo empresarial típico da industrialização portuguesa para empreendimentos de pequena e média escala, visando a multiplicação de condições propícias à criação de comportamentos de cooperação voluntária e, por essa via, potenciar a emergência de novas formas de controle social dos interesses individuais

Em resumo, o modelo de desenvolvimento proposto integra os sinais de modernidade estrita em curso na sociedade portuguesa, alargando, entretanto, o conteúdo dessa modernidade, transmitindo-o ao corpo social, através do estímulo à criação de espaços institucionais para as referidas experiências inovadoras do plano social.

Só uma interpretação activa da prática de intervenção da instância presidencial permitirá consolidar um referencial político garante da unidade de opções nacionais na diversidade de orientações e aspirações do espaço regional e local.

PORTO, 3 de Dezembro de 1985

António Manuel Ferreira Figueiredo